

SUMÁRIO EXECUTIVO

Workshop

Política e Estratégia de Defesa e Mudanças Climáticas

22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2023

FICHA INSTITUCIONAL

Diretor Presidente

Raul Jungmann

Conselho de administração

Marcelo Furtado

Raul Jungmann

Sergio Westphalen Etchegoyen

Presidente do Conselho de Administração

Sergio Westphalen Etchegoyen

Diretor Administrativo Financeiro

Newton Raulino

Núcleo de Pesquisa e Conteúdo

Mariana Nascimento Plum

Bruna Ferreira

Mila Campbell

Coordenadora de Comunicação

Valéria Amorim

Núcleo de Inteligência e Informação

Antônio Augusto Muniz

Núcleo Técnico

José Hugo Volkmer

Núcleo Jurídico

Gabriel Sampaio

Assistente Administrativo Financeiro

Leandra Barra

Autoria

Beatriz Rodrigues Bessa Mattos

Revisão

Mariana Nascimento Plum

Bruna Ferreira

Mila Campbell

Projeto Gráfico e Diagramação

Pedro Bopp

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PARCERIA:



Apresentação

O presente documento é fruto de um esforço de sistematização das contribuições oferecidas pelos participantes do workshop “Política e Estratégia de Defesa e Mudanças Climáticas”, realizado pelo Centro Soberania e Clima, nos dias 22 e 23 de novembro de 2023, nas instalações do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), em Brasília.

A iniciativa se constitui como uma oportunidade inédita de aproximação entre representantes de instituições brasileiras ligadas ao setor de Defesa e de meio ambiente, contribuindo, assim, para a ampliação e qualificação dos debates sobre como construir uma agenda nacional robusta e integrada, capaz de responder de forma efetiva aos riscos multidimensionais desencadeados pela crise climática.

Ao longo dos dois dias de discussão, os participantes apresentaram uma rica coletânea de dados, evidências científicas e relatos acerca de como os efeitos da mudança do clima já se revelam no cotidiano de seus respectivos setores, entre esses o da Defesa Nacional. Tais contribuições possuem valor inestimável para subsidiar os processos de tomada de decisão e potencial para contribuir com os esforços de atualização das Política e Estratégia Nacionais de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, documentos de alto nível que se encontram em revisão para o quadriênio 2024 - 2027.

Este documento tem como função listar, para o público em geral, as principais descobertas e recomendações estratégicas derivadas do debate.

SUMÁRIO EXECUTIVO DO WORKSHOP

Política e Estratégia de Defesa e Mudanças Climáticas: desafios e oportunidades para a integração das agendas no Brasil

Realizado nos dias 22 e 23 de novembro de 2023, nas instalações do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), em Brasília.

Descobertas

- Evidências científicas reunidas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) já apontam, com elevado nível de certeza, que as transformações nos sistemas climáticos do planeta representam riscos à segurança alimentar e hídrica das populações, apresentam efeitos adversos para a saúde física e mental dos indivíduos, elevam a frequência e a intensidade de eventos naturais extremos e contribuem para o agravamento de crises humanitárias. Os efeitos climáticos também afetam diretamente infraestruturas essenciais nas áreas de transporte, habitação, produção de alimentos, energia e saúde;
- No contexto brasileiro, as instituições de Defesa desempenham funções fundamentais nas áreas de mitigação e adaptação climática. No que diz respeito à mitigação, as Forças Armadas e os órgãos de inteligência conferem suporte essencial a outras instâncias em operações de combate a crimes ambientais, entre esses o desmatamento e as queimadas, atividades responsáveis pela maior parcela das emissões nacionais de Gases do Efeito Estufa (GEE). Já no que se refere às iniciativas de adaptação, ressalta-se a contribuição das instâncias de inteligência no aperfeiçoamento dos sistemas de alerta e monitoramento, e o apoio concedido pelas Forças Armadas à Defesa Civil em cenários de eventos climáticos extremos;
- Ao modificar o ambiente em meio ao qual as Forças Armadas atuam e ao demandar esforços de descarbonização, as mudanças climáticas também já apresentam desafios à operacionalidade das Forças Armadas brasileiras. Destacam-se entre esses desafios: dificuldades adicionais à mobilidade e ao patrulhamento das fronteiras; riscos impostos às infraestruturas e aos ativos de Defesa; incremento das demandas e da complexidade de operações subsidiárias e necessidade de modernização de equipamentos utilizados pelo Exército, Marinha e Aeronáutica;
- Em contraste com o que se verifica em outros países do mundo, principalmente os do Norte Global, o Brasil carece de dados e pesquisas aprofundadas sobre a vulnerabilidade de suas estruturas e ativos de Defesa frente aos efeitos adversos da mudança do clima.

Face às mencionadas constatações, foi possível elaborar algumas recomendações estratégicas visando subsidiar o processo de tomada de decisão governamental.

Recomendações Estratégicas

1) As mudanças climáticas são um desafio multidimensional que apresenta implicações para o desenvolvimento, a segurança e a superação de desigualdades entre pessoas e países.

As necessárias e urgentes medidas de mitigação e adaptação climática não podem contribuir para o acirramento das desigualdades, seja no Brasil ou no mundo. O combate às mudanças climáticas

não poderá ocorrer às custas do direito soberano ao desenvolvimento dos países do Sul Global, nem tampouco resultar na ampliação das desigualdades entre as parcelas mais pobres e mais ricas da população. No entanto, a crise climática impõe a premente tarefa de promover um novo modelo de desenvolvimento capaz de garantir a integridade ambiental, de combater as desigualdades e de promover a prosperidade econômica do país e, consequentemente, reforçar a soberania nacional;

2) Considerações acerca dos riscos impostos pelas mudanças climáticas devem ser incorporadas nos textos dos documentos de alto nível de Defesa.

Tendo em vista os riscos multidimensionais impostos pelas mudanças climáticas à segurança humana e suas prováveis implicações para a operacionalidade das Forças Armadas, é fundamental que o tema figure nas versões atualizadas dos documentos estratégicos de defesa brasileiros. A ausência de menções às mudanças climáticas nos textos desses documentos de alto nível se apresenta como obstáculo à consolidação de planejamentos e diretrizes claros e compreensivos a serem adotados pelas instituições de Defesa, de modo a agregar esforços junto aos demais setores nacionais para endereçar os graves desafios climáticos;

3) Existem lacunas no mapeamento e na análise das vulnerabilidades climáticas do Brasil e de suas sub-regiões, incluindo seus ativos de Defesa.

Considerando as evidências científicas mais recentes que apontam para um cenário provável de aumento de temperatura de 2° C nos próximos anos, torna-se fundamental mapear as vulnerabilidades do país, visando a construção de uma estratégia nacional de adaptação climática compreensiva, integrada e multisetorial. É preciso que esses esforços também se direcionem à promoção da resiliência e da adaptação das estruturas e dos ativos de Defesa brasileiros, de modo a assegurar as condições para o cumprimento das funções constitucionais e subsidiárias das Forças Armadas.

4) A Defesa tem papel fundamental no incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica sustentável no país.

Reconhecendo a vocação do Brasil no setor de desenvolvimento tecnológico na área de Defesa, os desafios contemporâneos também devem ser compreendidos como estímulos à inovação e à promoção de empregos qualificados, contribuindo de forma crucial para o fortalecimento da resiliência das Forças Armadas.

Equipamentos mais sustentáveis e fontes renováveis de energia, ao serem incorporados no cotidiano das Forças Armadas brasileiras, apresentam potencial de contribuir com a mitigação das emissões nacionais de GEE, de reduzir as vulnerabilidades do setor às flutuações nos preços dos combustíveis fósseis e de modernizar os ativos de Defesa. Destaca-se também a possibilidade de que as novas tecnologias sejam empregadas de forma dual, em benefício de outros segmentos da sociedade.

5) Criação de uma estrutura, no âmbito do Ministério da Defesa, voltada à coordenação dos esforços e das iniciativas das Forças Armadas na área de mudanças climáticas.

Replicando estruturas já incorporadas a outros ministérios brasileiros, recomenda-se a criação de um órgão ou assessoria, a ser instalado no âmbito do Ministério da Defesa, destinado a coordenar, de forma transversal, as iniciativas das Forças Armadas voltadas ao enfrentamento às mudanças climáticas e de promover maior sinergia com as demais políticas nacionais nessa esfera.

Destacam-se entre as ações a serem desempenhadas por esse órgão, ou por essa assessoria, a articulação com demais ministérios e instâncias nacionais, a análise de mapeamentos sobre as vulnerabilidades do setor de Defesa e a promoção de iniciativas de adaptação das estruturas e dos ativos de Defesa brasileiros, de modo a garantir as funções constitucionais e subsidiárias das FA e contribuir para que os múltiplos desafios impostos pelas mudanças climáticas sejam endereçados de forma compreensiva e integrada.

RELATÓRIO DO WORKSHOP

Política e Estratégia de Defesa e Mudanças Climáticas
Realizado nos dias 22 e 23 de novembro de 2023 nas
instalações do Censipam, em Brasília-DF

Comissão Organizadora

Centro Soberania e Clima (S&C)

Mariana Nascimento Plum
Bruna Ferreira
Mila Campbell
Valéria Amorim
Vanesom Ativa
Leandra Barra

Grupo de Estudos e Pesquisa em Relações Internacionais (GEPSI-UnB)

Alcides Costa Vaz
Antonio Jorge Ramalho
Francielle Pains

Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx)

Paulo Filho
Oscar Filho

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)

Laura Perdigão
Edileuza Nogueira

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PARCERIA:

